A Reforma da Semana Santa nos Anos de 1951-1956

Entre a liturgia e a teologia através das declarações ações de alguns de seus principais atores (Annibale Bugnini, Carlo Braga, Ferdinando Antonelli)

di

Dom Stephano Carusi

"Ouviu-se a exigência de que as fórmulas do Missal Romano fôssem revistas e enriquecidas. O primeiro passo dessa reforma foi a obra de Nosso Predecessor Pio XII, com a reforma da Vigília Pascal e do Rito da Semana Santa. [1] , que constituiu o primeiro passo na adaptação do Missal Romano à mentalidade contemporânea"

(Paulo VI , Constituição Apostólica 'Missale Romanum', 3 abril 1969)

Introdução

Nos últimos anos, a publicação de numerosos estudos sobre a história do debate teológico-litúrgico da década de 1950 lançou nova luz sobre a formação e as intenções, nem sempre declaradas abertamente na época, daqueles que foram os redatores materiais de alguns textos.

No que diz respeito ao trabalho de reforma da Semana Santa em 1955-56, gostaríamos de nos deter aqui nas declarações, agora finalmente públicas, do conhecido lazarista Annibale Bugnini, do seu colaborador próximo e então secretário do "*Consilium ad reformandam liturgiam*", Padre Carlo Braga, e do futuro Cardeal Ferdinando Antonelli, para estabelecer se o seu trabalho de reforma litúrgica respondia ou não a um plano teológico mais amplo e para analisar a validade ou não dos critérios usados e depois repropostos nas reformas subsequentes.

As anotações e os relatórios das discussões da comissão preparatória, conservados principalmente nos arquivos da Congregação dos Ritos, também serão levados em consideração. Estes, publicados recentemente nas monumentais obras de pesquisa do historiador litúrgico Monsenhor Nicola Giampietro, testemunham o tom do debate.

Em outubro de 1949, foi nomeada uma comissão litúrgica na Congregação dos Ritos, que deveria tratar do rito romano e de quaisquer reformas a serem estudadas e, se necessário, aplicadas.

Infelizmente, a calma necessária para tal trabalho não foi possível devido aos constantes pedidos do episcopado da França e da Alemanha que, na maior e mais especiosa pressa, exigiam mudanças bruscas. A Congregação dos Ritos e a Comissão se viram obrigadas a tratar da questão dos tempos da Semana Santa, a fim de bloquear as fantasias de certas "celebrações autônomas", especialmente em relação à vigília do Sábado Santo.

Neste contexto, era necessário aprovar "*ad experimentum*" um documento que permitisse a celebração noturna do rito do Sábado Santo; esta foi a "*Ordo Sabbati Sancti*" de 9 de janeiro de 1951. [2] .

Nos anos de 1948-1949, a comissão foi erigida sob a presidência do Cardeal Prefeito Clemente Micara, substituído em 1953 pelo Cardeal Gaetano Cicognani, e também contou com a presença de Monsenhor Alfonso Carinci, dos Padres Giuseppe Löw, Alfonso Albareda, Agostino Bea, Annibale Bugnini e, em 1951, chegou Monsenhor. Enrico Dante, em 1960 Monsenhor Pietro Frutaz, Dom Luigi Rovigatti, Monsenhor. Cesário d'Amato e finalmente Padre Carlo Braga [3] ; este último, que foi colaborador próximo de Annibale Bugnini durante algum tempo, participou nos trabalhos durante 1955-56, embora ainda não fosse membro da Comissão [4] e foi também autor, juntamente com o já citado Padre Bugnini, de textos histórico-críticos e pastorais sobre a Semana Santa [5], que deveriam ser uma espécie de salvo-conduto "científico" para as mudanças feitas.

A Comissão trabalhou em segredo e agiu sob pressão dos episcopados da Europa Central. [6], não está claro se devemos contê-los ou apoiá-los; tal era o segredo que a publicação repentina e inesperada do "*Ordo Sabbati Sancti instaurati*", no início de março de 1951, "apanhou de surpresa os próprios responsáveis da Congregação dos Ritos" [7] , conforme relatado pelo membro da Comissão Annibale Bugnini.

É o próprio Padre Bugnini quem nos informa sobre a forma singular como os resultados do trabalho da Comissão sobre a Semana Santa eram encaminhados ao Papa: este era "mantido informado por Monsenhor Montini e, mais ainda, semanalmente, pelo Padre Bea, confessor de Pio XII.

Graças a este intermediário, foi possível alcançar resultados notáveis, mesmo nos períodos em que a doença do Papa impedia qualquer pessoa de se aproximar dele". [8] .

O Papa sofria de uma grave doença estomacal que o forçou a uma longa convalescença, por isso não foi o Cardeal Prefeito dos Ritos, responsável pela comissão, que o informou, mas o então Monsenhor Montini e o futuro Cardeal Bea, que desempenharam um papel tão importante nas reformas subsequentes.

O trabalho da comissão continuou até 1955, quando em 16 de novembro foi publicado o decreto "*Maxima redemptionis nostrae mysteria*", que entraria em vigor na Páscoa do ano seguinte.

O episcopado acolheu as novidades de diferentes maneiras e, para além do triunfalismo superficial, não faltaram queixas sobre as inovações introduzidas e multiplicaram-se até os pedidos para poder conservar o rito tradicional. [9].

Mas a essa altura a máquina da reforma litúrgica já havia sido posta em movimento e interromper seu progresso teria se mostrado impossível e, acima de tudo, indizível, como a história subsequente demonstraria.

Apesar do desejo de que o coro de liturgistas cantasse em uníssono, também devido à atitude monótona que, nos anos cinquenta, ostentava um certo unitarismo de intenções, vozes autoritárias de dissidência se levantaram, prontamente forçadas ao silêncio, apesar de sua competência.

Este foi o caso não apenas de alguns episcopados, mas também de alguns liturgistas como Léon Gromier, que, também conhecido pelo seu comentário documentado sobre o *Caerimoniale Episcoporum* [10] , foi consultor da Congregação dos Ritos e membro da Pontifícia Academia de Liturgia.

Estes, em Julho de 1960, em Paris, exprimiram-se de forma acalorada, mas com argumentos sólidos, numa conhecida conferência [11] .

O próprio Papa João XXIII, em 1959, em sua celebração da Sexta-feira Santa na Santa Croce em Jerusalém, celebrou seguindo práticas tradicionais. [12] , demonstrando que não compartilha das inconsistências recentemente introduzidas e reconhecendo a natureza experimental dessas mudanças.

Algumas reformas introduzidas experimentalmente em 1955-56 acabaram por se inserir de forma incongruente no tecido ritual, tanto que foram ligeiramente corrigidas pela reforma litúrgica de 1969; o assunto mereceria um estudo à parte.

Para destacar a importância da reforma da Semana Santa, tanto no plano litúrgico quanto histórico, menciona-se o comentário de dois dos maiores protagonistas deste acontecimento, a fim de enquadrar as intenções de quem trabalhou nesta obra.

O Padre Carlo Braga, braço direito de Annibale Bugnini e durante anos diretor da respeitada revista "*Ephemerides Liturgicae*", define com ousadia a reforma do Sábado Santo: **"o aríete que penetrou na fortaleza da nossa liturgia agora estática**". [13] .

O futuro Cardeal Ferdinando Antonelli definiu-o em 1956: **"o ato mais importante da história da liturgia desde São Pio V até hoje**". [14] .

As inovações examinadas em detalhe

Chegamos agora a uma análise detalhada que destaca algumas das mudanças mais visíveis trazidas pela "*Ordo Hebdomadae Sanctae Instauratus*" de 1955-56 e explica por que essa reforma se tornou "o aríete" no coração da liturgia romana, constituindo "o ato mais importante desde o tempo de São Pio V até os dias atuais".

Para cada uma das inovações citadas, seguirá um comentário, baseado, na medida do possível, no que os autores materiais dos textos declararam posteriormente, e também uma breve referência à prática tradicional.

Domingo de Ramos

■ "***Ordo Hebdomadae Sanctae*"** de 1955-56, [doravante: OHS 1956]:

Invenção da cor vermelha para a procissão de ramos e manutenção da cor púrpura para a Missa [15] .

Os arquivos da comissão afirmam: "talvez uma coisa pudesse ser feita (...): restaurar a cor vermelha original usada durante a Idade Média para esta procissão solene. A cor vermelha lembra a púrpura real" - e um pouco mais adiante - "desta forma, a procissão certamente se destacaria como um elemento sui generis". [16] .

Não se pode negar aqui que a cor vermelha poderia ser um sinal da púrpura real, embora o suposto uso medieval ainda precise ser comprovado, mas a maneira de proceder é, no entanto, singular, para a qual se buscam escolhas "sui generis" (sic) e se decide que o vermelho deve ter um simbolismo positivamente determinado neste dia, enquanto no rito romano o vermelho é a cor dos mártires ou do Espírito Santo e no rito ambrosiano é usado neste domingo para indicar o sangue da Paixão e não a realeza, no rito parisiense a cor preta era usada para ambos os ritos.

Em algumas dioceses, foi prevista uma cor para a procissão e outra para a missa, uma prática talvez emprestada da Festa da Purificação da Virgem. [17] , e que não faz muito sentido aplicar ao contexto do Domingo de Ramos, como relata Léon Gromier.

Esta inovação seria atribuir-se não a uma prática atestada, mas à ideia extemporânea de um "professor pastoral de um seminário suíço" [18] .

No **Missal Romano de 1952** [doravante MR 1952]: Uso constante do violeta tanto na procissão como na missa [19] .

■(OHS 1956): Abolição das casulas dobradas e, consequentemente, do estolão ou "*stola largior*" [20] .

Era um resquício dos tempos mais antigos que sobreviveram até então e que demonstrava tanto a natureza arcaica da Semana Santa, que nunca havia sido alterada por causa da veneração que se tinha por ela, quanto a natureza extraordinária desses ritos e a extraordinária tristeza da Igreja durante esses dias.

■ (MR 1952): Uso das casulas dobradas e do estolão, ou casula enrolada, para o canto do Evangelho pelo Diácono [21] .

■(OHS 1956): Invenção da bênção das palmas voltada para os fiéis e de costas para o altar e a cruz, em casos específicos também de costas para o Santíssimo Sacramento [22] .

Para a participação dos fiéis, é introduzida a ideia de ações litúrgicas voltadas para o povo e com Deus às suas costas: "influi também (na reforma, ndr) a visibilidade de gestos particulares da celebração, destacados do altar e realizados pelos ministros sagrados voltados para o povo". [23] .

É inventada uma bênção que é feita sobre uma mesa, que é colocada entre o altar e a balaustrada, com os ministros voltados para o povo, introduzindo um novo conceito de espaço litúrgico e de orientação da oração.

■ (MR 1952): Os ramos são abençoados no altar, em *cornu epistolae*, depois de uma leitura, um gradual, um Evangelho e sobretudo um Prefácio com um Sanctus que introduzem as orações de bênção. Este é o rito muito antigo da chamada "*Missa sicca*". [24] .

■ (OHS 1956): Supressão do prefácio com as palavras relativas à autoridade de Cristo sobre os reinos e autoridades deste mundo. [25] .

*É surpreendente notar que se queira solenizar a realeza de Cristo [26] , justamente suprimindo o prefácio com as palavras que descrevem tal realeza. É definido sem rodeios como supérfluo e, portanto, eliminado: "considerando a falta de coerência destes prefácios, a sua verbosidade e, para algumas fórmulas, a sua pobreza de pensamento, a perda não é relevante" [*27] .

■ (MR 1952): O rito romano prevê frequentemente, por ocasião de grandes momentos litúrgicos como a consagração dos óleos ou as ordenações sacerdotais, o canto de um prefácio, que é uma forma particularmente solene de se dirigir a Deus; assim também para a bênção das palmas houve um prefácio que descrevia a ordem divina da Criação e sua submissão a Deus Pai, submissão da criação que é uma advertência aos reis e governantes da submissão que devem ter a Cristo: "*Tibi enim serviunt creatore tuae: quia te solum auctorem et Deum cognoscunt et omnis factura tua te collaudat, etbenedicunt te sancti tui. Quia illud magnum Unigênito Tui nomen coram regibus et potestatibus huius saeculi libera voz confitentur*" [28] .

O texto da canção revela em poucos e elegantes versos a base teológica que fundamenta o dever de submissão dos governos temporais a Cristo Rei.

■ (OHS 1956): Supressão de orações sobre o significado e os benefícios dos sacramentos e sobre o poder que eles têm contra o diabo [29] .

"A razão é, afirma a nota de arquivo, que essas orações são "pomposas (...) com toda a exibição daquela erudição típica da era carolíngia". [30] , os reformadores concordam quanto à antiguidade dos textos, mas não os consideram do seu agrado porque "a relação direta da cerimônia com a vida cristã vivida, isto é, o significado litúrgico pastoral da procissão como homenagem a Cristo Rei, é muito frágil" [31] .

A todos escapa a conexão que falta entre a "vida vivida" dos fiéis e a homenagem a Cristo Rei em seu pleno "significado litúrgico e pastoral". O plano é definitivamente o de uma retórica que hoje parece um tanto datada, mas que na época tinha uma certa força.

A fim de promover uma "participação consciente na procissão; com aplicação à vida cristã concreta e vivida" [32] , são fornecidos argumentos que não são nem teológicos nem litúrgicos. A "vida cristã concreta e vivida" dos fiéis é então indiretamente desprezada em poucas linhas: "estes costumes piedosos (das palmas abençoadas nda), embora teologicamente justificados, podem degenerar (como de fato degeneraram) em superstição". [33] .

Deixando de lado o tom de racionalismo mal disfarçado, deve-se notar que os antigos discursos são deliberadamente substituídos por novas fórmulas que, nas palavras dos autores, são "essencialmente de nova execução". [34] ; as orações antigas não são apreciadas porque expressam demais a eficácia dos sacramentais e decide-se inventar novas.

■ (MR 1952): As orações antigas recordam o papel dos sacramentais, que têm um poder eficaz ("*ex opere operantis Ecclesiae*") contra o demônio [35] .

■(OHS 1956): Invenção de uma cruz processional sem véu [36] , quando a cruz do altar permaneceu velada.

Confessamos que o significado litúrgico desta inovação nos escapa completamente; a modificação parece ser mais um "pastichio" litúrgico resultante da pressa dos editores do que um simbolismo místico.

■ (MR 1952): A cruz do altar é velada, assim como a cruz processional, à qual é amarrado um ramo abençoado. [37] , mais uma referência neste dia à cruz gloriosa e à Paixão vitoriosa.

■ (OHS 1956): Eliminação da cruz batendo na porta da igreja fechada [38] .

*O rito simbolizava a resistência inicial do povo judeu e a entrada triunfal de Cristo em Jerusalém, mas também a cruz triunfal de Cristo que abre as portas do céu, que é a causa da nossa Ressurreição, "*hebraeorum pueri resurrectionem vitae pronuntiantes*". [39] . 7*

■ (MR 1952): A procissão retornou em frente à porta fechada da igreja. Um diálogo cantado por um coral de cantores do lado de fora, alternado com outro coral dentro da igreja, precedia a abertura da porta da igreja, que ocorria após batidas com a parte inferior da cruz processional. [40] .

■(OHS 1956): Invenção de uma oração a ser recitada no final da procissão, no centro do altar, mas inteiramente recitada "*versus populum*" [41] .

Ninguém sabe onde o missal deve ficar ou quem deve segurá-lo no degrau, porque na pressa da reforma, a extravagância não foi percebida, o que exigiu uma rubrica adicional, a "22ª" ou "22 bis", mais confusa que a anterior. [42] .

A inserção está "colada" aos ritos anteriores devido à sua natureza arbitrária: "neste ponto, isto é, para dar à procissão um elemento preciso de definição, pensamos em propor um Oremus particular" [43] .

O próprio Padre Braga, cinquenta anos depois, confessa candidamente que a invenção desta oração não foi uma escolha feliz: "o elemento que está um pouco fora de lugar no novo Ordo é a oração final da procissão, que quebra a unidade da celebração". [44] . As alterações "experimentais", na sua vontade inovadora, revelam ao longo do tempo a sua inadequação.

■ (MR 1952): A procissão terminou normalmente e depois começou a missa, com orações aos pés do altar, como de costume.

■(OHS 1956): A distinção entre “Passio” e Evangelho é eliminada. Além disso, a frase final é eliminada da “Passio” (provavelmente devido a um erro de impressão, outras razões não parecem plausíveis). [45] .

A Paixão sempre teve um estilo narrativo, cantada a três vozes, seguida pelo Evangelho, do qual se distinguia por ser cantada somente pelo diácono, em tom diferente e com o uso de incenso, mas sem luminárias. A reforma confunde os dois aspectos, a Paixão e o Evangelho são amalgamados num único canto, sem poupar cortes conspícuos no início e no final, acabando assim por privar a Missa e o diácono do canto do Evangelho, que, como tal, é formalmente suprimido.

■ (MR 1952): O canto da “Passio” distingue-se do canto do Evangelho, que se estendeu até Mateus XXVII, 66 [46] .

■(OHS 1956): Elimina-se a passagem evangélica que liga a instituição da Eucaristia à Paixão de Cristo, Mt XXVI, 1-36. [47] .

Eis-nos aqui na atitude que consideramos mais desconcertante, sobretudo porque, pelo exame do arquivo, parece que a Comissão decidiu não mudar nada em relação à leitura da Passio, por se tratar de uma instituição muito antiga. [48] .

Entretanto, não sabemos como ou por que a narrativa da Última Ceia foi removida.

Ainda é difícil pensar que trinta versículos poderiam ser excluídos apenas por questões de tempo, especialmente considerando a importância da passagem.

Até então, a tradição queria que a narrativa da Paixão dos Sinópticos incluísse sempre a instituição da Eucaristia que, com a separação sacramental do Corpo e Sangue de Cristo, é o anúncio da Paixão.

A reforma oculta, com um expurgo total de uma passagem fundamental da Sagrada Escritura, o vínculo de consequência entre a Última Ceia, o sacrifício da Sexta-feira Santa e a Eucaristia.

A passagem da instituição da Eucaristia também será removida da Terça-feira Santa e da Quarta-feira Santa, com o resultado extraordinário de que ela estará ausente de todo o ciclo litúrgico! É consequência de uma mudança precipitada que compromete uma obra centenária, sem que seja sequer possível uma visão global das Escrituras lidas ao longo do ano.

■ (MR 1952): A Paixão foi precedida pela leitura da instituição da Eucaristia, percebendo-se a íntima, essencial, conexão teológica entre as duas passagens. [49] .

Segunda-feira Santa

■ (OHS 1956): A oração "*contra persecutores ecclesiae*" e a oração pelo Papa são proibidas. [50]

Estamos testemunhando a eliminação de todas as referências ao fato de que a Igreja tem inimigos.

É a "ratio" dos reformadores que querem esconder com eufemismos ou com o desaparecimento de passagens inteiras a realidade da perseguição da Igreja por forças terrenas e infernais, que lutam contra o Corpo Místico de Cristo, tanto com a violência quanto com a insinuação de heresias (como se lê na oração suprimida).

A mesma atitude irénica será encontrada na Sexta-feira Santa, confessada com franqueza pelo Padre Carlo Braga [51] .

No mesmo contexto, foi decretada a proibição simultânea de orações pelo Papa, iniciando assim a prática de redução da presença do nome do Romano Pontífice na liturgia.

■ (MR 1952): Recita-se a oração contra os perseguidores da Igreja e a oração pelo Papa. [52] .

Terça-feira Santa

■ **(OHS 1956)**: Supressão da leitura de Marcos XIV, 1-31, abreviado da Paixão de São Marcos [53] .

Esta é a segunda eliminação desconcertante da passagem evangélica sobre a instituição da Eucaristia em relação ao sacrifício da Paixão.

A redução de apenas trinta versos não parece ser determinada apenas por restrições de tempo, dada, mais uma vez, a importância das passagens.

■ (MR 1952): A passagem Mc XIV, 1-31 relativa à Última Ceia e à Instituição constitui o início da leitura da Paixão. [54] .

Quarta-feira Santa

■ **(OHS 1956)**: Supressão da leitura de Lucas XXII, 1-39, deduzida da Paixão de São Lucas [55] .

Esta é a terceira eliminação marcante da passagem evangélica da instituição da Eucaristia, em sua conexão natural com o sacrifício da Cruz.

Neste caso, como nos precedentes,é difícil acreditar que, apenas por questões de tempo, trinta versículos importantes tenham sido eliminados.

Segue-se, intencionalmente ou não, que a chamada passagem "das duas espadas" também foi eliminada, uma passagem que não é muito apreciada pelas correntes teológicas de vanguarda.

■ (MR 1952): A narrativa da Paixão é precedida pela instituição da Eucaristia, com a qual está naturalmente relacionada. [56] .

Quinta-feira Santa

■ **(OHS 1956): Introdução da estola como traje de coro para padres. [57]**

Inicia-se a construção do mito da concelebração da Quinta-feira Santa.

Os reformadores mais ousados quiseram introduzi-la a partir desta reforma, mas a resistência, presumivelmente de membros como o Cardeal Cicognani e Monsenhor Dante, impediu esta inovação.

O Padre Braga escreve: “para a participação dos sacerdotes, a concelebração sacramental não parecia viável (a mentalidade, mesmo de alguns membros influentes da Comissão, ainda não estava preparada)” [58] .

Na verdade, ainda havia um forte sentimento hostil em relação à concelebração da Quinta-feira Santa porque não era tradicional, "tanto a concelebração consagratória quanto a puramente cerimonial devem ser excluídas". [59] .

"Para introduzir a ideia da concelebração, tivemos que nos contentar em inventar a prática de colocar uma estola em cada sacerdote presente". [60] , não mais apenas no momento da comunhão, mas desde o início da missa.

■ (MR 1952): Os sacerdotes e diáconos presentes usam a vestimenta normal do coro, sem alça, que vestem somente no momento da comunhão, como acontecia habitualmente. [61] .

■ (OHS 1956): Se introduz a prática de comungar somente com hóstias consagradas neste dia. [62] .

Não está claro por que os presentes não possam comungar com as hóstias previamente consagradas.

A prática romana do “Fermentum” – esta historicamente comprovada – consistia, em geral, em comungar com uma parte da Eucaristia do domingo anterior, para indicar a comunhão da Igreja no tempo e no espaço, em torno da realidade do Corpo de Cristo.

Essa presença sendo “real e substancial” continua quando a assembleia é dissolvida e pode razoavelmente preceder a reunião da assembleia da mesma forma. Esta coluna introduz uma ideia de presença real ligada ao dia da celebração e uma obrigação de comungar com as partículas consagradas no mesmo dia. Quase como se dissesse que aquelas partículas eucarísticas são de alguma forma diferentes daquelas consagradas anteriormente.

É importante ressaltar que a obrigação não se refere apenas ao simbolismo do sacrário vazio antes da Missa da Quinta-feira Santa, que poderia ter qualquer significado, mesmo que novo, mas o texto estabelece que os comungantes devem receber somente as partículas consagradas neste dia. [63] . A teologia subjacente não parece ser a mais sólida, enquanto o simbolismo inventado é questionável.

■ (MR 1952): Não há menção a esta prática de comunhão de hóstias consagradas na Quinta-feira Santa. [64] .

■ (OHS 1956): O lava-pés não ocorre mais no final da missa, mas durante a celebração. [65] .

A reforma exigia a restauração da "veritas horarum" [66] , um tópico usado de forma inapropriada e inadequada, como um verdadeiro cavalo de batalha.

Neste caso, porém, a sucessão cronológica do Evangelho é distorcida. Rios de tinta foram escritos para convencer as pessoas do escândalo de horários que não correspondiam plenamente aos evangélicos, mas neste caso não só um rito foi antecipado ou adiado por razões práticas, mas a ordem cronológica dos eventos evangélicos dentro do mesmo rito foi invertida.

São João escreveu que Nosso Senhor lavou os pés dos Apóstolos depois da ceia: “et cena facta” (XIII,2).

Não está claro por qual razão misteriosa os reformadores arbitrariamente escolheram colocar o lava-pés no meio da missa. No meio da missa, alguns leigos podem entrar no coro e tirar os sapatos e as meias. Parece haver um desejo de repensar a sacralidade do espaço presbiteral e sua proibição a leigos durante os cultos.

O lava-pés é então transferido para o ofertório, abusando da prática de dividir a celebração da Missa com outros ritos, prática que se baseia na questionável divisão entre a liturgia da palavra e a liturgia da Eucaristia.

■ (MR 1952): O rito do *“mandatum”*, também conhecido como lava-pés, era feito depois da missa e não no presbitério, depois de despojados os altares, sem interromper a missa, sem permitir a entrada de leigos no coro durante os serviços e respeitando a sucessão cronológica descrita no Evangelho. [67] .

■ (OHS 1956): Omissão do “Confiteor” do diácono antes da comunhão [68] .

O terceiro e odiado “Confiteor” é eliminado, sem levar em conta o fato de que a confissão do diácono ou do servidor, embora emprestada do rito da comunhão extra missam, é a confissão da indignidade dos comungantes para receber as sagradas espécies.

Não se trata de uma “duplicata” da confissão do sacerdote e dos ministros no início da Missa, pois naquele momento eles simplesmente recitaram sua indignidade de se aproximar do altar para oficiar os sagrados mistérios (por isso na Missa cantada ela é recitada em voz baixa), o que é distinto da indignidade de ter acesso à comunhão.

■ (MR 1952): O “Confiteor” é recitado antes da Comunhão [69] .

■ (OHS 1956): Após o término da Missa, quando os altares forem despojados, fica estabelecido que a cruz e os castiçais também sejam removidos. [70] .

Foi decidido que os altares deveriam ser despojados de tudo, até mesmo da cruz.

A rubrica da reforma da Quinta-feira Santa não explica o que fazer com a cruz do altar, mas isso é descoberto acidentalmente na rubrica do dia seguinte. De fato, nas colunas da Sexta-feira Santa, fala-se de um altar sem cruz. [71] , pode-se deduzir que foi removido durante o despojamento dos altares, ou em privado durante a noite (estes e outros problemas surgem quando se aborda uma liturgia que se beneficia da estratificação da tradição e que não tolera incursões precipitadas).

Talvez, com base numa certa arqueologia litúrgica, se queira preparar os espíritos para o espetáculo, teologicamente pouco sensato, de uma mesa vazia no centro do coro.

■ (MR 1952): A cruz permanece no altar, velada e com os castiçais, ela domina o altar esperando ser desvelada no dia seguinte. [72] .

Sepulcro

Sexta-Feira Santa

■ (OHS 1956): O termo “Ação litúrgica solene” é inventado [73] , eliminando a antiquíssima “Missa dos Pré-santificados” ou “*Feria Sexta in Parasceve*”.

O nome “pré-santificado” enfatizava a consagração das espécies que havia ocorrido em um ofício anterior, e estava ligado ao retorno solene da Eucaristia, que é uma parte importante e antiga do rito, mas esse conceito foi mantido em antipatia pela comissão, que decidiu reformar o nome e com ele a estrutura do rito: “reduzir as amplificações estruturais da Idade Média, tão mal compreendidas pela chamada “missa dos pré-santificados” às linhas originais severas e puras de uma grandiosa comunhão geral”. [74] .

Até mesmo a expressão “inParasceve” não encontra graça, embora suas reminiscências hebraicas denotem a maior antiguidade.

■ (MR 1952): Chama-se “Missa Praesanctificarum” ou “Feria Sexta inParasceve” [75] .

■(OHS 1956): O altar não tem mais a cruz velada [76] .

A imagem da cruz, especialmente a do altar, foi velada no primeiro Domingo da Paixão, para que permanecesse onde naturalmente deveria estar, ou seja, no centro do altar, para depois ser solene e publicamente revelada na Sexta-feira Santa, dia do triunfo da Paixão redentora.

Os autores da reforma parecem não gostar da cruz do altar e decidem devolvê-la à sacristia na noite da Quinta-feira Santa, de forma não solene, com os cestos usados para transportar as toalhas do altar agora despojado, ou durante a noite de forma desconhecida, da qual as rubricas da Quinta-feira Santa não falam.

No dia mais importante de sua história, quando a Cruz deveria estar sobre o altar, embora velada no início da cerimônia, ela está ausente.

O fato de ela ter estado presente no altar por cerca de quinze dias, mas publicamente velada, tornou sensata a posterior revelação pública, em vez de um retorno alitúrgico da cruz da sacristia, como se alguém a tivesse escondido, durante a noite, no armário.

■(MR 1952): A cruz velada permaneceu em seu lugar, isto é, no altar, despida de suas toalhas, apenas com os castiçais. [77] .

■(OHS 1956): A leitura do Evangelho não é mais distinta daquela da Paixão.

Tudo isso leva o nome mais narrativo de "História da Paixão".

A razão para essa mudança não está clara, já que a Comissão pareceu ter opinião oposta no caso semelhante do Domingo de Ramos. [78] .

Talvez a intenção seja eliminar, como em outros lugares, qualquer sinal que se refira à Missa, como a leitura do Evangelho, e consequentemente justificar a supressão do nome "Missa dos Pré-santificados".

■ (MR 1952): O Evangelho é cantado separadamente da Paixão, mas, neste dia de luto, sem incenso nem luzes. [79] .

■ (OHS 1956): As toalhas do altar não são mais dispostas desde o início da cerimônia, da mesma forma que é decidido que o sacerdote não tenha a casula desde o início, mas apenas a alva e a estola. [80] .

O fato de o sacerdote usar a casula mesmo para um rito que não é o da Missa stricto sensu atesta a altíssima antiguidade dessas cerimônias, reconhecida também pelos membros da Comissão.

Por um lado, eles argumentam que as cerimônias de sexta-feira eram compostas de "elementos que (desde os tempos antigos - ed.) permaneceram substancialmente intactos" [81] , por outro lado, gostariam de introduzir uma modificação que separa a liturgia eucarística da "primeira parte da liturgia, a liturgia da palavra" [82] .

Esta distinção, ainda em fase inicial, seria significada, segundo o Padre Braga, pelo fato de o celebrante usar apenas a estola e não a casula: "pois a liturgia da palavra (o celebrante) ficava só com a estola". [83] .

(MR 1952): O sacerdote tem a casula negra, ao chegar ao altar prostra-se, enquanto isso os acólitos desenrolam uma única toalha sobre o altar nu [84] . A questão da oração pelos judeus, sendo inteiramente acessória a um estudo sobre a Semana Santa, não pode ser abordada exceto em um estudo que esclareça o mal-entendido filológico relativo à interpretação errônea da palavra "perfidi" - "perfidia". [85] .

■ (OHS 1956): Para a sétima oração é introduzido o nome "Pro unitateEcclesiae" [86] .

Com expressiva ambiguidade, introduz-se a ideia de uma Igreja em busca da própria unidade social, que ainda não possui.

A Igreja, segundo a doutrina católica tradicional e solenemente definida, não carece de sua unidade social no cenário terreno, pois essa unidade é uma propriedade essencial da verdadeira Igreja de Cristo, essa unidade não é uma característica que ainda deve ser buscada no diálogo ecumênico, ela já está metafisicamente presente.

*De fato, a frase de Cristo "*ut unum sint*" é uma oração eficaz de Nosso Senhor, como tal já se realizou.*

Aqueles que estão fora da Igreja devem retornar a ela, devem retornar à sua "unidade" que já existe, não devem se unir aos católicos para dar origem a uma unidade que ainda não existe.

*O objetivo dos reformadores era, ao invés, eliminar desta oração, nos conta o Padre Braga [87] , algumas palavras pesadas que falavam de almas enganadas pelo demônio e arrastadas para a maldade da heresia: "*animas diabolica fraude deceptas*" e "*haeretica pravitate*".*

*Na mesma lógica, queriam eliminar a conclusão que esperava um regresso do errante à unidade da verdade de Cristo na sua Igreja: "*errantium corda resipiscant, et adveritatis tuae redeant unitatem*".*

Contudo, não foi possível reformar o texto da oração, apenas o título, porque na época – ainda reclama o Padre Braga – "a unidade era concebida em termos de ecumenismo pré-conciliar". [88] .

Em outras palavras, em 1956 a unidade da Igreja foi concebida como já existente e Deus foi convidado a incorporar em uma unidade já existente aqueles que estavam distantes ou separados dessa unidade.

Na Comissão ainda havia membros de ideias tradicionais que se opunham ao trabalho de erosão doutrinária, sem conseguir impedir a criação de um híbrido teológico, como a opção de deixar o texto tradicional, mas com o novo título.

O próprio Annibale Bugnini, cerca de dez anos depois, percebeu que rezar pela futura unidade da Igreja constitui heresia e menciona isso em um artigo no "L'Osservatore Romano" que critica o título da oração "pela unidade da Igreja", introduzida dez anos antes pela Comissão da qual ele era membro. Ele, elogiando as orações reintroduzidas em 1965, escreve que a oração havia mudado seu nome de "pela unidade da Igreja" para "pela unidade dos cristãos", porque "a Igreja sempre foi una", mas em compensação, na época, eles conseguiram eliminar as palavras "hereges" e "cismáticos". [89] .

É triste notar que essas manobras vacilantes usam habilmente a liturgia para transmitir novidades teológicas.

■ (MR 1952): O texto é o mesmo de 1956, onde rezamos para que os hereges e os cismáticos retornem à unidade da Sua Verdade, "ad veritatis tuae redeant unitatem". [90] , falta o título ambíguo do discurso de 1956: "Pro unitate Ecclesiae".

■ (OHS 1956): Neste ponto é inventada a procissão do retorno solene da cruz da sacristia [91] .

Desta vez a cruz retorna liturgicamente, ou seja, publicamente e não envolta em cestos, castiçais e flores como na noite anterior.

Na liturgia, o que partiu em procissão solene retorna solenemente; Esta inovação devolve solenemente um símbolo que havia sido retirado privadamente na noite anterior, juntamente com outros objetos, colocando-o, na melhor das hipóteses, em uma cesta de vime.

O significado litúrgico da introdução desta procissão do retorno da cruz escondida não é de todo compreendido.

Estamos talvez diante de uma tentativa desajeitada de restaurar o rito que era realizado em Jerusalém nos séculos IV e V e que conhecemos por meio de Egéria: "em Jerusalém, a adoração acontecia no Gólgota. Egéria lembra que a comunidade se reunia de manhã cedo. Diante do Bispo (...) e o estojo de prata contendo as relíquias da cruz era carregado". [92] .

A restituição desta procissão do retorno da cruz acontece num contexto que não é o Monte Calvário dos primeiros séculos, mas a liturgia romana, que já há algum tempo sabiamente elaborava e integrava todas as contribuições de Jerusalém em um rito centenário.

■ (MR 1952): A cruz permaneceu envolvida no véu desde o primeiro Domingo da Paixão, sobre o altar; foi publicamente revelado perto do espaço do altar, ou seja, no ponto onde até então havia permanecido publicamente velado [93] .

■ (OHS 1956): Se reduz a importância da procissão eucarística [94] .

Inventa-se a procissão da cruz, mas a reforma decide reduzir a procissão do retorno do Corpo de Cristo a uma forma quase privada, numa inexplicável inversão de perspectivas.

O Santíssimo Sacramento havia sido solenemente levado no dia anterior ao altar do Sepulcro (usamos deliberadamente este nome de "Sepulcro", porque toda a tradição cristã o chama assim, incluindo o Memoriale Rituum e a Congregação dos Ritos, mesmo que os membros da Comissão não suportassem este termo). [95] ; parece-nos profundamente teológica e imbuída daquele "sensus fidei" que muitas vezes falta a certos teólogos).

Parece lógico e "litúrgico" que uma procissão solene do tipo da Quinta-feira Santa seja seguida por um retorno de igual dignidade na Sexta-feira Santa.

Na verdade, estas são espécies do mesmo Santíssimo Sacramento do dia anterior, trata-se do Corpo de Cristo.

Com esta inovação, reduzem-se as honras a serem prestadas ao Santíssimo Sacramento e, no caso da Missa solene, estabelece-se que é o diácono quem vai ao Altar do Sepulcro para tomar o Santíssimo Sacramento, enquanto o sacerdote permanece calmamente sentado no banco.

O Celebrante terá a cortesia de se levantar quando, sob as espécies eucarísticas, Nosso Senhor, carregado por um subordinado, retornar ao altar-mor. Talvez por isso João XXIII não quis aplicar esta rubrica na Missa celebrada em Santa Croce in Gerusalemme e quis ir ele próprio, como Papa e celebrante, tomar o Santíssimo Sacramento.

■ (MR 1952): O Santíssimo Sacramento retorna em procissão de igual solenidade à do dia anterior. É o celebrante que vai buscá-lo, como é natural; como é o próprio Nosso Senhor presente na hóstia, não é enviado um subordinado para levá-lo ao altar [96] .

■ (OHS 1956): Eliminação dos incensos devidos à hóstia consagrada [97] *. Não se entende por que na Sexta-feira Santa as honras a serem prestadas a Deus sejam menores do que nos outros dias.*

■ (MR 1952): A hóstia consagrada é incensada como de costume, mas o celebrante não. [98] , os sinais do luto são claros, mas não se estendem à Presença Real.

■ (OHS 1956): Introdução do “Pater” recitado pelos fiéis [99] .

“A preocupação pastoral por uma participação consciente e ativa da comunidade cristã” é dominante, os fiéis devem tornar-se “verdadeiros atores da celebração (..) era isso que os fiéis pediam, especialmente os mais sensíveis à nova espiritualidade (..) a comissão acolheu as aspirações bem fundadas do povo de Deus” [100] .

Resta demonstrar se essas aspirações eram dos fiéis ou de um grupo de liturgistas de vanguarda. Resta também precisar teologicamente o que era a referida “nova espiritualidade” com as suas “aspirações”.

(MR 1952): O “Pater” é recitado pelo Sacerdote. [101

■ (OHS 1956): Eliminação de orações com referências sacrificiais durante o consumo da hóstia [102] .

É verdade que neste dia não há sacrifício eucarístico propriamente dito, com a separação das espécies sagradas, mas também é verdade que o consumo da vítima, sacrificada no dia anterior, é uma parte, embora não essencial, do sacrifício.

Em certo sentido é a continuação sacramental dela, pois o Corpo consumido é sempre um Corpo imolado e sacrificado, por isso a tradição fazia menção ao sacrifício nas orações ligadas ao consumo da hóstia.

*Alguns membros da comissão acreditam que, depois de tantos anos de tradição, chegou a hora de corrigir os erros e dizem que palavras como “*meum ac vestrum sacrificium*” estavam “completamente fora de lugar nesta ocasião, pois não se tratava de um sacrifício, mas apenas de comunhão”. [103] . A decisão será, portanto, abolir essas orações centenárias.*

■ (MR 1952): Há a *oração “Orate fratres ut meum ac vestrum sacrificium.*.”, mas a oração, dado o contexto singular, não é seguida pela resposta usual. [104] .

■ (OHS 1956): Eliminação da introdução de uma parte da hóstia consagrada no vinho do cálice [105] .

A colocação de uma parte da hóstia consagrada (o rito também é conhecido no rito bizantino) no vinho não consagrado evidentemente não consagra o vinho, nem isso jamais foi acreditado pela Igreja.

Simplesmente esta união manifesta simbolicamente, mas não realmente, a reunificação daquele fragmento do Corpo de Cristo com o Sangue, para simbolizar a unidade do Corpo Místico na vida eterna, causa final de toda a obra da Redenção, que devemos recordar na Sexta-feira Santa.

A "Memória" preservada nos arquivos da Comissão afirma que esta parte do rito teve que ser absolutamente suprimida porque "como existia no início da Idade Média a crença de que a mera colocação do pão consagrado (sic!) no vinho era suficiente para consagrar o próprio vinho, este rito também foi introduzido; mais tarde, após estudar a Eucaristia com mais profundidade, percebeu-se que esta crença era infundada, mas o rito permaneceu". [106] .

A afirmação é escandalosa pela falta de fundamento histórico e método científico, e também tem consequências teológicas muito sérias. Em primeiro lugar, resta demonstrar historicamente que a crença em questão era difundida na Idade Média. Alguns teólogos podem ter tido posições errôneas, mas isso não prova de forma alguma que a Igreja Romana tenha errado a ponto de inseri-lo na liturgia com esse preciso propósito teológico.

Neste contexto afirma-se explicitamente que a Igreja Romana, embora consciente do grave erro, não quis corrigi-lo; argumenta-se que a Igreja Romana pode mudar de ideia ao longo dos séculos sobre um assunto tão importante; Afirma-se também que ela pode errar em relação a um fato dogmático (como sua liturgia universal) e mesmo assim fazê-lo por vários séculos.

Talvez buscassem um fundamento que justificasse a obra reformista que se havia inaugurado, que se preparava para corrigir todos os erros que gerações inteiras de Papas não tinham visto, mas que o olhar atento da Comissão finalmente desmascarou.

É lamentável notar que essas declarações estão imbuídas do pseudorracionalismo positivista que estava em voga na década de 1950. Muitas vezes, confiamos em estudos resumidos e, às vezes, não científicos para demolir as "tradições medievais" depreciadas e introduzir "evoluções" úteis.

■ (MR 1952): Uma parte da hóstia consagrada é colocada no vinho, mas as orações relativas ao consumo do sangue são omitidas, com grande coerência teológica. [107] .

■ (OHS 1956): A mudança de horários, que poderia ter sido feita em harmonia com os costumes populares, acaba criando notáveis problemas pastorais e litúrgicos.

No passado, as práticas de devoção e piedade se desenvolveram de forma a serem coerentes com a liturgia.

Um exemplo entre muitos: em muitos lugares, a partir do meio-dia, ainda hoje é exposto um grande crucifixo, diante do qual são pregadas as três horas de agonia de Nosso Senhor (das 12 às 15); como resultado da mudança de tempo, nos encontramos diante do paradoxo de um sermão diante da cena da crucificação, quando a cruz com o crucifixo ainda deveria estar velada por que o rito deve ocorrer à tarde [108] .

Algumas dioceses ainda hoje são forçadas a mover a cerimônia da "Ação Litúrgica" para uma igreja diferente daquela em que as antigas práticas de piedade acontecem, para evitar que a incongruência gritante fique muito evidente. Poderiam ser apresentados inúmeros exemplos semelhantes.

Permanece, porém, a evidência de que a reforma, "pastoral" por excelência, não foi "pastoral", porque nasceu de especialistas que não tinham contato real com as paróquias nem com a devoção e a piedade populares, que aliás muitas vezes desprezavam.

Segundo os reformadores, um "vazio litúrgico" havia sido criado nas horas da tarde e, com o tempo, tentativas foram feitas para remediá-lo "introduzindo elementos paralitúrgicos, como as três horas de agonia, a Via Crucis, a Addolorata". [109] .

A Comissão decide então remediar o escândalo com o pior dos métodos "pastorais", que é minar as práticas populares e desconsiderá-las. O carácter desdenhoso desta "pastoral" esquece que a "inculturação" é um fenómeno católico de longa data, que consiste em conciliar dogma e piedade, conforme a latitude, e não em impor univocamente as disposições dos "especialistas".

■ (MR 1952): O problema não se coloca por questões de tempo, a liturgia e a piedade se desenvolveram ao longo dos séculos em função uma da outra, sem por isso se oporem num antagonismo inútil e imaginário.

Sábado Santo

■ (OHS 1956): A bênção da vela pascal no cemitério é introduzida com uma vela que deve ser carregada pelo diácono durante toda a cerimônia. [110] .

Com a reforma implementada, todos os candelabros de Páscoa do cristianismo, alguns dos quais datam dos primórdios do cristianismo, ficam inutilizáveis no Sábado Santo.

Sob o pretexto de retornar às origens, as obras-primas litúrgicas da antiguidade tornam-se peças de museu inúteis.

O número ternário de invocações "lumen Christi" não tem mais razão litúrgica.

■ (MR 1952): Lá fora, o fogo novo e os grãos de incenso foram abençoados, mas não a vela; o fogo passava para a arundine, uma espécie de poste com três velas no topo, que eram acesas em procissão, progressivamente a cada invocação de "lumen Christi", daí as três invocações (tantas quantas as velas acesas); com uma dessas velas acendia-se o círio pascal que estava no seu candelabro pascal desde o início da cerimônia (em muitas igrejas cristãs primitivas a altura do candelabro determinava a construção de um púlpito de igual altura para alcançar o círio); O fogo (a luz da Ressurreição) era levado da arundina com três velas (a Santíssima Trindade) até a grande vela pascal (Cristo Ressuscitado), para simbolizar que a Ressurreição é obra da Santíssima Trindade. [111]

Púlpito e candelabro de Páscoa

■ (OHS 1956): Invenção de colocar o círio pascal no centro do coro, após uma procissão com ele numa igreja que se ilumina progressivamente a cada invocação “Lumen Christi”, a cada invocação ajoelha-se em direção ao círio (sic), na terceira invocação toda a igreja se ilumina [112] .

Tendo inventado uma procissão com vela, decidiu-se colocá-la no centro do coro, onde se tornaria um ponto de referência para a oração, tal como se tornara durante a procissão; torna-se mais importante que o altar e a cruz, numa estranha novidade que altera a orientação da oração em fases intermitentes.

■ (MR 1952): A vela permanece apagada sobre o seu candelabro, muitas vezes do lado do Evangelho, o diácono e o subdiácono vão até lá com a arundina para acendê-la ao canto da proclamação, as uniceras acesas pela luz do fogo da Ressurreição são as da arundina até ao canto do “Exultet”. [113].

Canção do Exultet

■ (OHS 1956): Distorção do simbolismo do “Exultet” e sua natureza como bênção diaconal [114] .

Alguns reformadores quiseram anular esta cerimónia, mas o amor que sempre se sentiu pelo canto do “Exultet” fez com que outros se opusessem a alterações ao texto: “a comissão, contudo, dado que as passagens que poderiam ser eliminadas são poucas e de pequena dimensão, pensa que é mais apropriado preservar o texto tradicional”. [115] . o resultado foi mais uma confusão de uma canção tradicional associada a um rito totalmente alterado.

Assim aconteceu que um dos momentos mais significativos de todo o ciclo litúrgico se tornou uma cena teatral de desarmante incoerência.

Na verdade, as ações de que fala o cantor do “Exultet” já tinham sido feitas cerca de meia hora antes na escadaria da igreja.

Canta-se a inserção dos grãos de incenso, “suscipe pater incensi huius sacrificiumvespertinum” [116] , mas já estão fixadas na vela há muito tempo.

O acendimento da vela é ampliado com a luz da Ressurreição, “sed iam columnae huius praeconia novimusquam in honorem Dei rutilans ignis accendit” [117] , mas a vela está acesa há muito tempo e já está pingando cera.

Não há mais lógica.

O simbolismo da luz é ainda mais distorcido quando a ordem de acender todas as luzes, símbolo da Ressurreição, é cantada triunfantemente, "alitur enim liquantibus ceris, quas in substantam pretiosae huiuslampadis apis mater eduxit" [118] , mas numa igreja que, já há algum tempo, está completamente iluminada por velas acesas com o novo fogo.

Esse simbolismo reformado não é compreensível simplesmente porque não é simbólico, as palavras ditas não têm mais nenhuma relação com a realidade do rito.

Além disso, o canto do Pregão Pascal, juntamente com os gestos que o acompanhavam, constituía a bênção diaconal por excelência.

Após a reforma, a vela passou a ser abençoada com água do lado de fora da igreja, mas parte da antiga bênção foi mantida devido à sua grande beleza estética.

Infelizmente, ao fazer isso, a liturgia foi reduzida a um teatro.

■ (MR 1952): O canto do “Exultet” começa em frente à vela apagada, os grãos de incenso são queimados quando o canto fala de incenso, a vela é acesa pelo diácono e as luzes da vela são acesas e as luzes da igreja se iluminam quando a canção se refere a essas ações, essas ações unidas com a canção constituem a bênção [119] .

■ (OHS 1956): Introdução da incrível prática de dividir as ladainhas em duas partes, dentro das quais se insere a bênção da água batismal [120] .

A escolha é simplesmente bizarra e inconsistente, nunca se viu uma oração impetratória dividida em duas partes, a introdução dos ritos batismais dentro dela é ainda mais inconsistente.

■ (MR 1952): Concluída a bênção da pia batismal, cantam-se as ladainhas que precedem a missa. [121] .

■ (OHS 1956): Introdução da bênção da água batismal numa bacia no centro do coro, com o celebrante voltado para os fiéis e de costas para o altar [122] .

No essencial, decidiu-se substituir a pia baptismal por uma panela a instalar no centro do coro, sendo a escolha ditada mais uma vez pela obsessão de que todos os ritos fossem realizados por "ministros sagrados voltados para o povo". [123] , mas de costas para Deus; os fiéis devem, nesta lógica, tornar-se os "verdadeiros atores da celebração (...) a Comissão acolheu as aspirações bem fundadas do povo de Deus (...) a Igreja estava aberta aos fermentos da renovação" [124] .

Essas escolhas precipitadas, fundadas num populismo pastoral que o povo nunca havia pedido, acabaram destruindo toda a lógica da arquitetura sacra desde suas origens até hoje.

Antigamente a pia batismal ficava do lado de fora da igreja ou, mais tarde, dentro das paredes do edifício, mas perto da porta de entrada, porque, segundo a teologia católica, o batismo é a porta, é a "ianua sacramentorum".

É o sacramento que torna membro da Igreja todo aquele que ainda está fora dela; é o sacramento que permite o acesso real à Igreja e, como tal, foi representado por gestos litúrgicos.

O catecúmeno receberá o caráter que o fará membro da Igreja, por isso deverá ser acolhido na entrada, lavado com água batismal e assim adquire o direito de entrar na nave como novo membro da Igreja, como crente; mas como crente ele entra na nave e não no coro onde se senta o clero, que é composto por membros da Igreja que têm o sacerdócio ministerial ou que estão relacionados a ele.

Esta distinção tradicional era desejada porque o chamado sacerdócio "comum" dos batizados é distinto do sacerdócio ministerial, é distinto por essência e não por espécie, são duas coisas diferentes, não são graus diferentes da mesma essência.

As mudanças feitas, em vez disso, permitem o acesso ao coro (um lugar reservado aos membros do clero) não apenas aos batizados (como já acontecia na Quinta-feira Santa), mas também aos não batizados. Aquele que ainda é "presa do diabo" por ter pecado original é tratado como se tivesse recebido ordens sagradas e entra no coro ainda catecúmeno.

O simbolismo tradicional é massacrado.

■ (MR 1952): A bênção da água batismal é feita na pia batismal, fora da igreja ou no fundo dela; o eventual catecúmeno é acolhido na entrada da Igreja, recebe o Batismo, depois pode aceder à nave, mas não entra no coro, como é lógico, nem antes nem depois do Batismo [125] . 21/27

■ (OHS 1956): Alteração do simbolismo do canto de "*sicut cervus*" do salmo 41 [126] .

Após a invenção de um batistério no coro, surge o problema da necessidade de levar a água usada de volta para algum lugar, então decide-se inventar uma cerimônia para levar a água à pia batismal depois de tê-la abençoado diante dos fiéis e, sobretudo, depois de ter administrado um possível Batismo.

A transferência da água batismal é realizada através do canto do "sicut cervus", ou seja, a parte do Salmo 41 que se refere à sede do cervo, que é desencadeada após a picada da serpente e que é saciada somente bebendo a água saudável.

Entretanto, não se leva em conta que o cervo estava com sede da água batismal após a picada da serpente infernal, mas se o batismo já foi conferido o cervo não tem mais sede porque, figurativamente, ele já bebeu!

O simbolismo é alterado, quase invertido.

■ (MR 1952): No final do canto das profecias, o celebrante dirige-se à pia batismal para proceder à bênção da água e, se necessário, ao Batismo, enquanto se canta o "*sicut cervus*". [127] . O canto precede logicamente a conferência do Batismo.

■ (OHS 1956): Invenção ex nihilo da "renovação das promessas batismais" [128] .

Procedemos de certa forma "cegamente" com criações pastorais que não têm nenhum respaldo real na história da liturgia.

Na esteira daquela ideia segundo a qual os sacramentos devem reviver na consciência, pensa-se na renovação das promessas batismais.

Torna-se uma espécie de "consciência" do sacramento recebido no passado. Uma tendência semelhante já havia se estabelecido na década de 1920. Numa polêmica velada com a disposição de São Pio X sobre a comunhão das crianças, foi introduzida a prática singular da "comunhão solene" ou "profissão de fé": as crianças por volta dos treze anos deviam "refazer" a primeira comunhão, numa espécie de consciência do sacramento que já recebiam há alguns anos. A prática, sem questionar a doutrina católica do "ex opere operato", acentua o aspecto subjetivo do sacramento sobre o objetivo. Com o tempo, a nova prática acabou obscurecendo e causando negligência ao sacramento da Confirmação.

Um processo semelhante foi visto em 1969 com a introdução da cerimônia de "renovação das promessas sacerdotais" na Quinta-feira Santa.

Essa prática introduz um vínculo entre a ordem sacramental e a ordem sentimental-emocional, entre a eficácia do sacramento e a consciência, que tem pouca correspondência na tradição.

A base dessas inovações, que não têm qualquer fundamento nas Escrituras ou na prática da Igreja, parece ser uma crença fraca na eficácia dos sacramentos.

Embora não seja em si uma inovação abertamente errônea, parece, no entanto, muito inclinada para as teorias de origem luterana, que, excluindo o papel do "ex opere operato", consideram que os ritos sacramentais servem mais para "despertar a fé" do que para conferir graça.

Também é difícil entender o que realmente se busca nessa reforma, de fato são feitos cortes para diminuir o tempo das celebrações, mas são acrescentados trechos chatos que pesam excessivamente a cerimônia.

■ (MR 1952): Não há renovação das promessas batismais, assim como, sob esta forma, nunca existiu na história tradicional da liturgia do Oriente e do Ocidente.

■ (OHS 1956): Invenção de uma advertência durante a renovação das promessas batismais, que também pode ser recitada na língua vernácula [129] .

O tom dessa advertência moralista trai terrivelmente a época em que foi escrita (meados da década de 1950), e hoje já soa obsoleta, além de ser uma adição um tanto chata.

Eles também introduziram a típica maneira alitúrgica de se dirigir aos fiéis durante o rito, que é um híbrido entre a homilia e a celebração, que fará grande sucesso nos anos seguintes.

■ (MR 1952): Não existe.

■ (OHS 1956): Introdução do “Pater” recitado por todos, possivelmente na língua vernácula [130] . O Pai Nosso é precedido por uma exortação com tons sentimentais.

■ (MR 1952): Não existe.

■ (OHS 1956): Introdução, na ausência de qualquer sentido litúrgico, da segunda parte das ladainhas deixadas inacabadas antes da bênção da água batismal [131] .

Implorava-se de joelhos, antes da bênção da água batismal, depois realizam-se inúmeras cerimônias e movimentos no coro, depois alegra-se por um acontecimento como a bênção da água batismal ou por um possível Batismo, depois retoma-se a mesma ladainha e oração impetratória que tinham sido interrompidas meia hora antes, no ponto preciso em que tinham ficado suspensas (é difícil determinar se os fiéis se lembram de quando deixaram esta oração pela metade). A inovação é incoerente e incompreensível.

■ (MR 1952): As ladainhas, recitadas integralmente e sem interrupções, são cantadas depois da bênção da pia batismal, antes da Missa. [132] .

■ (OHS 1956): Supressão das orações ao pé do altar, do salmo "*Iudica me Deus*" (salmo 42) e do Confiteor no início da Missa [133]

Fica decidido que a Missa deverá começar omitindo a recitação do Confiteor e o salmo penitencial; O Salmo 42, que recorda a indignidade do sacerdote para ter acesso ao altar, não é apreciado, talvez porque seja recitado aos pés do altar antes de poder subir a ele.

Quando a lógica litúrgica subjacente é aquela relativa ao altar visto como "ara crucis", um lugar sagrado e terrível onde a Paixão redentora de Cristo se torna presente, entende-se uma oração que lembra a indignidade de alguém subir aqueles degraus.

O desaparecimento do Salmo 42, que nos anos seguintes será eliminado de todas as missas, parece querer, ao contrário, preparar o ritual de um altar que simboliza uma mesa. comum, mais que o Calvário, consequentemente não inspira mais aquele temor sagrado e o sentimento de indignidade afirmados no salmo.

■ (MR 1952): A Missa inicia com orações aos pés do altar, com o Salmo 42: "Iudica me Deus", com o Confiteor [134] .

■ (OHS 1956): No mesmo decreto todos os ritos da Vigília de Pentecostes são abolidos, com exceção da Missa. [135] .

Essa abolição precipitada tem toda a aparência de ter sido adicionada no último momento. O Pentecostes sempre incluiu uma vigília com ritos semelhantes aos da Páscoa.

A Reforma, contudo, não teve a oportunidade de lidar com o Pentecostes. Nem poderiam permanecer os dois ritos, que, com cinquenta dias de diferença, seriam realizados, um na forma reformada, o outro na forma tradicional.

Às pressas decidiu-se suprimir o que não houve tempo de reformar, o machado caiu na véspera de Pentecostes. Essa pressa imprudente fez com que o rápido corte dos ritos da Vigília de Pentecostes não estivesse em harmonia com os textos da Missa que tradicionalmente seguiam esses ritos.

Como resultado, no rito violentamente mutilado permanecem algumas frases que tornam as palavras do celebrante no cânone incongruentes. Este cânon prevê que a missa seja precedida por ritos batismais, que foram suprimidos.

Consequentemente, após a reforma, o celebrante pronuncia durante o "hanc igitur" especial as palavras relativas ao ato batismal da vigília, seja a bênção da fonte ou a colação do sacramento: "pro his quoque, quos regenerate dignatus es ex aqua, et Spiritu Sancto, tribuens eis remissionem peccatorum" [136] , mas deste rito não há mais nenhum vestígio. A comissão, na pressa de suprimi-lo, talvez não tenha percebido isso.

- (MR 1952): A Vigília de Pentecostes tem ritos próprios de natureza batismal aos quais se refere o “hanc igitur” da Missa seguinte. [137]

Conclusão

Em conclusão, como já foi dito, as mudanças não se limitaram a questões de tempo, que legítima e sensatamente poderiam ser modificadas para o bem dos fiéis, mas derrubaram os ritos seculares da Semana Santa.

A partir do Domingo de Ramos, é inventado um ritual voltado para o povo e de costas para a cruz e para Cristo no altar; na Quinta-feira Santa, os leigos podem entrar no coro; no rito da Sexta-feira Santa, as honras prestadas ao Santíssimo Sacramento são reduzidas e a veneração da cruz é alterada; no Sábado Santo, não só é dada rédea solta à imaginação reformista dos especialistas, mas também é demolido o simbolismo relacionado ao pecado original e ao Batismo como porta de entrada para a Igreja.

Numa época que pretende redescobrir as Escrituras, as passagens lidas nestes dias tão importantes estão sendo reduzidas, e as passagens evangélicas relativas à instituição da Eucaristia nos Evangelhos de Mateus, Lucas e Marcos estão sendo cortadas.

Na tradição, sempre que a instituição da Eucaristia era lida nestes dias, ela era colocada em relação à história da Paixão, para indicar o quanto a Última Ceia era uma antecipação da morte na cruz no dia seguinte, para indicar o quanto a Última Ceia tinha uma natureza sacrificial.

Três dias foram dedicados à leitura dessas passagens: Domingo de Ramos, Terça-feira Santa e Quarta-feira Santa. Graças à reforma, a instituição da Eucaristia desapareceu de todo o ciclo litúrgico!

Toda a lógica por trás dessa reforma parece estar permeada por uma mistura de racionalismo e arqueologia, às vezes com conotações imaginativas.

Não se pretende de modo algum afirmar que este rito carece da ortodoxia necessária, tanto porque a afirmação não está estabelecida, como porque a assistência divina prometida por Cristo à Igreja, mesmo naquilo que a teologia chama de "fatos dogmáticos" (e entre estes acreditamos que a promulgação de uma lei litúrgica universal deva ser incluída), impede uma expressão claramente heterodoxa dentro dos ritos.

À luz deste esclarecimento, não se pode, contudo, deixar de notar a incongruência e a extravagância de alguns ritos da Semana Santa reformada, exigindo, ao mesmo tempo, a possibilidade e a legitimidade de uma discussão teológica sobre o assunto, na busca da verdadeira continuidade da expressão litúrgica da Tradição.

Negar que a *"Ordo Hebdomadae Sanctae Instauratus"* é o produto de um grupo de acadêmicos, que infelizmente foram acompanhados por experimentadores litúrgicos imprudentes, é negar a realidade dos fatos.

Com todo o respeito à autoridade papal que promulgou esta reforma, permitimo-nos apresentar as críticas acima mencionadas, uma vez que a natureza experimental destas inovações exige que sejam avaliadas.

Segundo o Padre Carlo Braga: esta reforma foi o "ariete" que minou a liturgia romana dos dias mais santos do ano, tanta comoção teve repercussões notáveis em todo o espírito litúrgico subsequente.

De fato, marcou o início de uma atitude deplorável pela qual, em questões litúrgicas, alguém poderia fazer e desfazer o que os especialistas quisessem, alguém poderia suprimir ou reintroduzir com base em uma opinião histórico-arqueológica, apenas para então perceber que os historiadores estavam errados (o caso mais marcante seria, mutatis mutandis, o tão alardeado “cânone de Hipólito”).

A liturgia não é brinquedo do teólogo ou do simbolista mais popular; a liturgia tira sua força da Tradição, do uso que a Igreja infalivelmente fez dela, daqueles gestos que se repetiram ao longo dos séculos, de um simbolismo que não pode existir apenas na mente dos acadêmicos originais, mas que responde ao senso comum do clero e do povo, que durante séculos rezaram daquele modo.

Nossa análise é confirmada pela síntese do Padre Braga, protagonista excepcional daqueles acontecimentos: "o que não foi possível, psicológica e espiritualmente, no tempo de Pio V e Urbano VIII por causa da tradição (e gostaríamos de sublinhar isto "por causa da tradição" nda) da insuficiente formação espiritual e teológica, do desconhecimento das fontes litúrgicas, foi possível no tempo de Pio XII" [138] .

Ao partilhar a análise dos factos, pode-se objetar que a Tradição, longe de constituir um obstáculo às obras de reforma litúrgica, é o seu fundamento.

Tratar a era posterior ao Concílio de Trento com condescendência e definir São Pio V e os Papas que o sucederam como homens “com formação espiritual e teológica insuficiente” é especioso e quase heterodoxo em sua rejeição do trabalho secular da Igreja.

Não é mistério que esse era o clima nos anos 50 e 60 durante as reformas. Sob o pretexto da arqueologia, acabamos substituindo a sabedoria secular da Igreja pelo capricho da arbitrariedade pessoal.

Ao fazer isto, a liturgia não é “reformada”, mas sim “deformada”.

Sob o pretexto de restaurar aspectos antigos, sobre os quais há estudos científicos de valor duvidoso e flutuante, desfaz-se da tradição e, depois de ter rasgado o tecido litúrgico, faz-se um reparo conspícuo costurando sobre ele um achado arqueológico de autenticidade improvável.

A impossibilidade de reviver integralmente ritos que, se existiram, estão mortos há séculos, significa que o resto do trabalho de "restauração" fica a cargo da livre imaginação dos "especialistas".

O juízo completo sobre a reforma da Semana Santa, mas não só, em razão de seu caráter de artefato artificial, e de atuação de intuições pessoais, pouco conectadas com a tradição, é globalmente negativo, certamente não constitui um modelo de reforma litúrgica.

O caso da reforma de 1955-56 foi analisado porque, segundo Annibale Bugnini, foi a primeira oportunidade de inaugurar uma nova maneira de conceber a liturgia.

Os ritos nascidos dessa reforma foram praticados universalmente na Igreja por pouquíssimos anos, em uma sucessão contínua de reformas.

Hoje, essa maneira artificial de conceber a liturgia está desaparecendo. Uma vasta obra de reapropriação das riquezas litúrgicas do rito romano está em andamento.

O nosso olhar deve inevitavelmente voltar-se para o que a Igreja tem feito ao longo dos séculos, na certeza de que aqueles ritos seculares beneficiam da “unção” do Espírito Santo e, como tal, constituem o modelo insubstituível de toda a obra de reforma.

O então Cardeal Ratzinger disse: “ao longo da sua história, a Igreja nunca aboliu ou proibiu formas ortodoxas de liturgia, porque isso seria estranho ao próprio espírito da Igreja”. [139] ; elas, especialmente se milenares, continuam sendo o farol para todo esforço de reforma.

Notas

[1] Cf. S. CONGREGAÇÃO DOS RITOS, Decreto. Dominicae Resurrectionis, 9 de fevereiro de 1951: AAS 43, 1951, pp. Decreto Maxima redençãois nostrae mysteria, 16 de novembro de 1955: AAS 47, 1955, pp.

[2] N. GIAMPIETRO, Cinquenta anos depois da reforma litúrgica da Semana Santa, em Ephemerides liturgicae, ano CXX, 2006, n. 3 de julho a setembro, p. 295

[3] A. BUGNINI, A reforma litúrgica (1948-1975), Roma 1983, p.17 e seguintes.

[4] C.BRAGA, “Maxima Redemptionis Nostrae Mysteria ” 50 anos depois (1955-2005) na Ecclesia Orans n. 23 (2006), p. 11, o autor afirma claramente que vivenciou a reforma em primeira mão e participou ativamente da obra.

[5] A.BUGNINI,C.BRAGA, Ordo Hebdomadae Sanctae instauratus (Bibliotheca Ephemerides Liturgicae,sectio historica 25), Roma 1956; para comentários críticos históricos, ver também: SacraCongregatio Rituum-sectio Historica n. 90, De instauratione liturgica maiorishebdomadae. Posição, Tipo Pol. Vaticanis 1955. Sobre as publicações de Annibale Bugniniche que prepariam a reforma, veja. A. BUGNINI, De soleni Vigilia Paschaliinstauranda. Commentarium ad decretum 9 de fevereiro de 1951, em Ephemerides Liturgicae 65 (1951) suppl. ad fasc. I (também publicado na coleção Bibliotheca EphemeridesLiturgicae, sectio historica 24); IDEM, A primeira experiência da Vigília Pascal restaurada, em Ephemerides Liturgicae 66 (1952).

[6] N. GIAMPIETRO, op. cit., pág. 300

[7] A.BUGNINI, A Reforma Litúrgica, op. cit., pág. 19

[8] Ibidem.

[9] N. GIAMPIETRO, op. cit., págs. 320-327; a preservação do rito tradicional foi, no entanto, possível na Terra Santa até o ano 2000.

[10] L. GROMIER, Commentaire du Caerimoniale Episcoporum, Paris, 1959

[11] L. GROMIER, Semaine Sainte Restaurée, in Opus Dei, 1962, n. 2, pág. 76-90

[12] Veja a documentação fotográfica e a confirmação dada pelo Mons. Bartolucci que recebeu ordens de Mons. Dante a seguir os ritos tradicionais: P. CIPRIANI, S. CARUSI (editado por), Entrevista

com Mons. Domenico Bartolucci, sobre Disputationes Theologicae (http://disputationes-theologicae.blogspot.com/2009/08/mons-bartolucci-interviene-sulla.html)
[13] C.BRAGA, op. cit,, pág. 33
[14] F. ANTONELLI, “A reforma litúrgica da Semana Santa: atualidade, perspectivas atuais” em A restauração litúrgica nas obras de Pio XII. Anais do primeiro Congresso Internacional de Liturgia Pastoral, Assis-Roma, 12-22 de setembro de 1956, Gênova 1957, p. 179-197, citado em C. BRAGA,op. cit, pág. 34
[15] OrdoHebdomadae Sanctae Instauratus, iuxta editionem typicam vaticanam, Turonibus 1956 (doravante OHS 1956), p. 3 e 9; a numeração de páginas é idêntica em todas as edições típicas.
[16] Arquivos da Congregação dos Santos, coleção Sacra Congregatio Rituum, Anotação sobre a reforma da liturgia do Domingo de Ramos, p. 9, citado em N. GIAMPIETRO, op. cit., pág. 309
[17] Missale Romanum, Ex Decreto Sacrosancti ConciliiTridentini Restitutum S. Pii V Pontificis Maximi jussu editum aliorum pontificum curacognitum a Pio 455
[18] L.GROMIER, Semaine Sainte Restaurée, cit., p. 3
[19] SR. 1952, pág. 129
[20] OHS 1956, p.3
[21] SR. 1952, xxvii
[22] OHS 1956, pág. 3
[23] C. BRAGA, op. cit., p.22
[24] SR. 1952, págs. 129-132
[25] OHS 1956, pág. 3, 4
[26] OHS 1956, pág. 3; cf. nota também 13
[27] C.BRAGA,op. cit., pág. 306
[28] SR. 1952, pág. 131, 132
[29] OHS 1956, pág. 3, 4
[30] N. GIAMPIETRO, op.cit., p. 307
[31] ibidem
[32] ibidem
[33] ibidem
[34] ibidem
[35] SR. 1952, pág. 133, 134
[36] OHS 1952, pág. 7
[37] P.MARTINUCCI, Manual Sacrarum Caerimoniarum, Roma 1912, Editio tertia, pars I, vol. II, pág. 183
[38] OHS 1956, pág. 8

[39] SR. 1952, pág. 135
[40] ibidem
[41] OHS 1956, pág. 9
[42] ibidem
[43] N. GIAMPIETRO, op. cit., pág. 309
[44] C.BRAGA, op. cit., p.25
[45] OHS 1956, pág. 14
[46] SR. 1952, pág. 141
[47] OHS 1956, pág. 11
[48] N.GIAMPIETRO,op. cit., pág. 304, 305
[49] SR. 1952, pág. 137
[50] OHS 1956, pág. 15; o texto proíbe acrescentar as orações antigas previstas.
[51] C.BRAGA, op. cit., pág. 28; N. GIAMPIETRO,op. cit., pág. 304, 305
[52] SR. 1952, pág. 118, 142
[53] OHS 1956, pág. 17
[54] SR. 1952, pág. 143.144
[55] OHS 1956, pág. 22
[56] SR. 1952, pág. 149, 150
[57] OHS 1956, pág. 55, seção n.º 4
[58] C.BRAGA, op. cit., pág. 26
[59] N. GIAMPIETRO, op. cit., pág. 294
[60] C. BRAGA, p. 27
[61] P.MARTINUCCI, op. cit., pág. 201 (n° 24), página 73 (n° 293)
[62] OHS 1956, pág. 55, o tabernáculo também deve ser esvaziado das hóstias previamente consagradas.
[63] Ibidem.
[64] SR. 1952, pág. 154 e seguintes
[65] OHS 1956, pág. 57
[66] C. BRAGA, op. cit., pág. 17
[67] SR. 1952, pág. 158, 159
[68] OHS 1956, pág. 61
[69] Episcoporum Cerimonial, l. II, cap. XXIX,3
[70] OHS 1956, pág. 64
[71] OHS 1956, pág. 65, ou o carregar da cruz está incluído naquela vaga passagem “*celebrans (..) denudat omnia altaria ecclesiae*”, ibidem, p. 63 notário. 7
[72] SR. 1952, pág. 158
[73] Saúde e Segurança Social, pág. 65
[74] N. GIAMPIETRO, op. cit., p.315

[75] MR1952, pág. 160
[76] Saúde e Segurança Social, pág. 64
[77] SR. 1952, pág. 171
[78] N. GIAMPIETRO, pág. 304, 305
[79] SR. 1952, pág. 164
[80] Saúde e Segurança Social, pág. 64
[81] N. GIAMPIETRO, op. cit., pág. 314
[82] C.BRAGA, op.cit., p. 28
[83] C.BRAGA, p. 30
[84] SR. 1952, pág. 160
[85] Sobre o significado a atribuir a estes termos, veja-se o decreto da Sagrada Congregação dos Ritos de 10 de junho de 1948, em *Acta Apostolicae Sedis*, XL, 1948, p. 342
[86] Acrescentemos a observação, na ordem da história dos costumes, de que nos missais que se consultam, ou nos arquivos do "Ordo", neste ponto, encontram-se correções à caneta ou em folhas soltas que recordam ao celebrante, sem obrigá-lo a comprar outro missal, as inúmeras correções feitas às orações em diferentes épocas a partir dos anos cinquenta, sinal inequívoco de uma liturgia que está, se podemos usar a expressão, em "evolução permanente".
[87] C. BRAGA, op. cit., pág. 30
[88] ibidem
[89] A.BUGNINI, As novas orações da Sexta-feira Santa, em L'Osservatore Romano, 19 de março de 1965
[90] SR. 1952, pág. 169
[91] OHS 1956, pág. 78
[92] C. BRAGA, op. cit., pág. 30, 31
[93] SR. 1952, 171
[94] OHS 1956,82
[95] C. BRAGA, op. cit., pág. 28. A confirmação desta aversão de alguns membros da Comissão ao termo "sepolcri" também é descrita em N. GIAMPIETRO, op. 2, cit, pág. 312
[96] SR. 1952, pág. 174
[97] OHS 1956, pág. 82
[98] SR. 1952, pág. 174
[99] OHS 1956, pág. 83
[100] C.BRAGA, p. 18
[101] SR. 1952, pág. 175
[102] OHS 1956, pág. 83
[103] N. GIAMPIETRO, op. cit. , pág. 297

[104] SR. 1952, pág. 174
[105] OHS 1956, pág. 83
[106] N. GIAMPIETRO, op. cit., pág. 297
[107] SR. 1952, pág. 176
[108] OHS 1956, pág. 4
[109] N. GIAMPIETRO, op. cit., pág. 314
[110] OHS 1956, pág. 86
[111] SR. 1952, pág. 178
[112] OHS1956, pág. 88
[113] SR. 1952, pág. 178
[114] OHS 1956, pág. 89
[115] N. GIAMPIETRO, op. cit., p.318
[116] OHS 1956, pág. 94
[117] OHS 1956, pág. 94
[118] OHS 1956, pág. 94
[119] MR 1952, págs.179-185; num contexto histórico será possível discutir a evolução da ligação entre partes cantadas e gestos, atribuindo diferentes épocas à introdução dos gestos em relação à evolução do texto; No entanto, não se pode negar o desenvolvimento simbiótico do ritual gestual e do significado das palavras ao longo da história, inegavelmente ele foi estabilizado durante séculos, de forma harmoniosa e significativa, sob o selo da tradição.
[120] OHS 1956, pág. 101-102, 113-114
[121] SR. 1952, pág. 207
[122] OHS 1956, pág. 103
[123] C.BRAGA, p. 23
[124] C.BRAGA, p. 18, 19
[125] SR. 1952, pág. 199 e segs.
[126] OHS 1956, p.111; um título um tanto confuso é fornecido sob o título n.º 23 no eventual uso de um Batistério localizado separado da igreja, neste caso o “*sicut cervus*” é cantado no momento apropriado, não fica claro por que há esta incongruência que contradiz a rubrica anterior.
[127] SR. 1956, pág. 199
[128] OHS 1956, pág. 112
[129] OHS 1956, pág. 112
[130] OHS 1956, pág. 112
[131] OHS 1956, pág. 113-115
[132] SR. 1952, p.210
[133] OHS 1956, pág. 115

[134] SR. 1952, pág. 210
[135] OHS 1956, pág. vi, nota 16
[136] MR1952, pág. 247
[137] SR. 1952, pág. 336 e segs.
[138] C.BRAGA, op. cit., pág. 18
[139] J. Card. RATZINGER, “Dez anos depois do motu proprio Ecclesia Dei”, conferência de 24-10-1998.